

O Brasil e seus ridículos tiranos: 1979/1980

tecnologia de minicomputadores e uma *História dos Índios*

Ivan da Costa Marques
História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil
imarques@ufrj.br

Abstract— I juxtapose testimony and research to take notice and illustrate the kind of intervention in the *Política Nacional de Informática (P.N.I.)* carried out in 1979 by a group of military officials who were members of the *Serviço Nacional de Informações (S.N.I.)* - the political police of the military dictatorship that ruled Brazil from 1964 to 1986. Very specifically, I focus on an episode: that group of military officials of the political police of the dictatorship prohibited the exhibition of a slide show about “a story of Indians.” I also specially aim at stimulating the reader to watch this slide show that can be accessed today in a video format that can be downloaded from http://dl.dropbox.com/u/23492126/Video_Indio.mpg.

Resumo— Este artigo, juxtapondo testemunho e pesquisa, visa registrar e ilustrar o tipo de intervenção levada a cabo na Política Nacional de Informática (P.N.I.) em 1979 por um grupo de oficiais militares integrantes do Serviço Nacional de Informações (S.N.I.) – a polícia política da ditadura militar que governou o Brasil de 1964 a 1986. Muito especificamente, eu testemunho um episódio: aquele grupo de militares da polícia política da ditadura proibiu a exibição de um *slide show* sobre “uma história de Índios.” Meu testemunho visa também, especialmente, estimular o leitor a assistir o *slide show* proibido, hoje colocado em forma de vídeo que pode ser baixado de http://dl.dropbox.com/u/23492126/Video_Indio.mpg.⁽¹⁾

Keywords—Brazil; computers; industry; polic; political police; market reserve; 1970-1980.

Paavras-chave—Brasil; computadores; indústria; política; polícia política; reserva de mercado; 1970-1980.

TESTEMUNHO E PESQUISA

Para que o caráter inepto e mesmo boçal da proibição possa ser mais facilmente percebido e situar o papel emblemático deste *slide show* feito em 1979, é preciso testemunhar brevemente o panorama das relações entre a indústria e a

¹ Arthur Pereira Nunes, então coordenador responsável pela administração da CAPRE (Coordenação para o Aperfeiçoamento de Processamento Eletrônico, órgão responsável pela Informática no governo até 1980), salvou um carrossel de slides e uma fita cassete com a trilha sonora da *História do Índio* e me entregou este material em 1980. Agradeço ao N.C.E. / Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialmente a Moacyr de Paula Rodrigues Moreno, por haver juntado os diapositivos das imagens e a trilha sonora da fita cassete no formato vídeo (mpg).

tecnologia dos computadores no Brasil na virada das décadas de 1970 e 1980, época da proibição, ou seja, época em se deu a invasão e tomada da condução política do setor de informática no Brasil pela polícia política da ditadura.

A Política Nacional de Informática (P.N.I.) implementada para a construção de uma indústria local de minicomputadores vigente na década de 1970 foi no Brasil, tanto quanto eu saiba, a primeira política industrial oficial (de governo) a colocar em primeiro plano a questão da origem da tecnologia. Cerca de vinte anos antes havia sido implantada uma indústria automobilística local segundo uma política de governo definida pelo então bastante conhecido Grupo Executivo da Indústria Automobilística (G.E.I.A.). No que tange à fabricação dos automóveis stricto sensu, a preocupação do G.E.I.A. restringiu-se a estabelecer uma exigência de aumento gradativo de um “índice de nacionalização”, definido como a porcentagem de peças fabricadas no Brasil em relação ao total de peças do veículo, então medida em peso e não em valor das peças. Pode-se dizer que, como a origem da tecnologia não foi problematizada, o problema da tecnologia do automóvel estava resolvido a priori. Ou seja, na política industrial do G.E.I.A., ficava implícito que as grandes montadoras internacionais, que foram incentivadas na década de 1950 a se instalarem e/ ou a ampliar muito suas atividades industriais no país, usariam suas próprias tecnologias, concebidas e desenvolvidas em seus respectivos países sede, para montar e operar suas fábricas no Brasil. Dali começaram a sair, e saem até hoje, feitas as exceções de pequeníssima escala, modelos de automóveis também concebidos e desenvolvidos no exterior.

Talvez esta ausência de considerações sobre a tecnologia por parte do G.E.I.A. seja relevante para explicar porque até hoje o Brasil, entre as economias de grande escala, seja o único país a não ter uma marca própria de automóvel. Todas as marcas fabricadas no país, onde são produzidos mais de três milhões de automóveis por ano, são estrangeiras.² Pois bem, é pouco conhecido que as coisas não se passaram assim no caso dos minicomputadores. Embora não se possa dizer que a P.N.I. esteja ausente da historiografia econômica do Brasil nas últimas décadas, pode-se dizer que foi esquecido o fato de mais da metade do mercado de computadores no Brasil ter

² Dado do Anuário da Indústria Automobilista Brasileira – ANFAVEA 2011. pág. 61.

sido suprida uma vez no passado com marcas brasileiras e produtos projetados no Brasil.

Não pretendo aqui ensaiar uma análise abrangente da P.N.I., mas trazer um testemunho de um episódio revelador para que se possa melhor compreender seus desfechos. A P.N.I., associada ao recurso da “reversa do mercado”, é desconhecida pelos mais jovens e permanece no imaginário da maioria daqueles que viveram à sua época como uma experiência fracassada. Talvez a historiografia da P.N.I. ainda não tenha recebido atenção ou acumulado uma produção suficiente para desfazer este fato. Talvez justamente em função do malogro da empreitada que representou a continuidade da política quando surgiram os *microcomputadores*, não se tenha logrado até hoje chamar atenção para o sucesso da política de reserva de mercado para os *minicomputadores*, que atingiu seus objetivos de forma muito satisfatória no exíguo prazo de cinco anos. A Tabela I é indicativa deste sucesso. Não pretendo aqui apresentar uma análise de como esta tabela representa o desenvolvimento e crescimento da indústria de computadores no Brasil como consequência da P.N.I. tal como definida para a fabricação de minicomputadores em meados da década de 1970.³ Meu objetivo é bem mais pontual. Para enriquecer as análises da passagem do sucesso ao fracasso da P.N.I., este testemunho visa justamente realçar o próprio *slide show* proibido, prontamente disponível no endereço eletrônico acima. O *slide show* remete diretamente à invasão e tomada da condução política do setor de informática no Brasil pela polícia política da ditadura.

É sabido que no começo dos anos 1970 havia se formado no Brasil um grupo diversificado de profissionais, uma “comunidade de informática”, que entendia ser então possível suprir o mercado interno brasileiro de minicomputadores com modelos que haveriam de ser concebidos e projetados localmente por profissionais brasileiros, conforme atestam, dentre outros, (Adler, 1987), (Dantas, 1988), (Evans, 1995/2004) e (Vigevani, 1995). Um grupo de especialistas em Informática começou a reunir-se primeiro em encontros promovidos pelo “Conselho de Reitores”, e como um coletivo diversificado de profissionais aproveitou a “democracia relativa”, uma idéia *sui generis* que os militares brasileiros puseram em circulação nos anos 1970: ao invés de simplesmente reprimir todas as formas democráticas, a ditadura tentava domesticá-las. Ou seja, a ditadura tentou tolerar alguma (mas não toda) liberdade de expressão por parte de alguns (mas não todos). Ao longo da primeira metade da década de 1970, aquele grupo diversificado de profissionais constituiu-se como uma auto-denominada “comunidade de informática.” Compunham essa comunidade uma parte bastante visível de professores universitários e funcionários graduados de instituições estatais⁴ e uma parte menos visível,

mais difícil de ser por mim testemunhada, de oficiais militares.⁵ Os contatos iniciais se deram e fortaleceram-se em meio à formação de um coletivo de profissionais que dominava as práticas e a linguagem, ou digamos, o saber da Informática, e que estava interessado em debater e ensaiar concretamente, apesar do ambiente ditatorial, idéias a respeito de como um grupo de especialistas em Informática poderia contribuir para o desenvolvimento (era a palavra da época) do Brasil.

Essa “comunidade de informática” resultou de três tipos de traduções entre os profissionais. Na primeira tradução, os quadros técnicos militares, principalmente da Marinha, tinham a percepção de que os engenheiros brasileiros não sabiam e/ou não tinham condições de manter os computadores embarcados nas fragatas recém adquiridas da Inglaterra, e traduziam esta situação como “dependência tecnológica”. Na segunda, os administradores dos birôs de processamento de dados tipo SERPRO, PRODESP e PROCERGS achavam que, se tivessem ou pudessem contratar equipes de profissionais brasileiros que soubessem projetar o hardware e o software de pequenas interfaces e equipamentos, teriam mais oportunidades de por em prática, em uma série de casos, soluções muito mais baratas do que as oferecidas pelos sistemas (hardware e software) comercializados pelas multinacionais concebidos para as condições vigentes em outros países. E traduziam buscar as condições para isto como saída da “dependência tecnológica”. Finalmente, na terceira tradução, os professores universitários, sobretudo na pós-graduação, estavam convencidos de que, sem uma indústria que levasse ao mercado os resultados do trabalho dos pesquisadores, consubstanciados em protótipos de equipamentos, não só não haveria emprego para os alunos a quem achavam importante ensinar o projeto de artefatos de informática (hardware e software), como também seria muito difícil justificar e manter a qualidade de pesquisas que seriam fatalmente realizadas em torres de marfim descoladas do que chamavam de realidade brasileira. Os professores também traduziam isto como “dependência tecnológica”.

Estas três traduções davam consistência a um coletivo que fez a gestação, por assim dizer, de uma primeira fase da Política

regressado de seus mestrados e doutorados nos EUA, onde haviam tomado contato e aprendido a tecnologia dos computadores, entendida no sentido de como fabricá-los, adquirindo “um senso de participação no processo internacional e um senso de frustração com o ambiente local.” (Evans, 1995/2004:148).

⁵ O interesse de uma parte dos militares brasileiros pela tecnologia dos computadores é inegável. Foi a Marinha do Brasil que patrocinou o projeto executado na PUC/Rio e na USP, de um minicomputador, batizado G-10 em homenagem póstuma ao Comandante Guarany. O Coronel Jorge Monteiro Fernandes, representante do Ministério da Aeronáutica na CAPRE, também fazia um acompanhamento participativo da comunidade de Informática.

³ Abordei esse assunto em (Marques, 2000) e (Marques, 2003).

⁴ Peter Evans refere-se a este grupo de profissionais como “os barbudinhos”. Muitos deles haviam então recentemente

Nacional de Informática em busca de “maior autonomia tecnológica” ou “independência tecnológica”. As traduções desses três interesses na expressão crítica “dependência tecnológica” foi conseguida através de interações e discussões em congressos, denominados SECOMU (o das universidades), SECOP (das empresas estatais), e SUCESSU (das empresas privadas usuárias de computadores), além de matérias e artigos publicados no periódico Datanews e na revista Dados e Idéias, editada pelo SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados.⁶ Portanto a situação tecnológica do país na área de informática foi colocada como problema e efetivamente passou a ser um problema a partir das discussões na “comunidade de informática”. Em outras palavras, tanto a noção de “dependência tecnológica” quanto a proposta de implantar no Brasil uma política industrial voltada para ultrapassar essa “dependência tecnológica” surgiram na área de informática como resultado de uma produção ativa em oposição a algo espontâneo.⁷

É justamente como parte da história desta produção ativa, destas interações e discussões, que o presente testemunho focaliza o *slide show* proibido pelo S.N.I. em 1979. Mas o que contem este *slide show*? Ele conta uma história repetida inúmeras vezes em encontros de profissionais da “comunidade de informática” e outros profissionais. O *slide show* é a expressão de um recurso retórico (uma metáfora, uma fábula) empregado naquela produção ativa e consciente de uma política industrial com foco na tecnologia: o *slide show* conta a *História do Índio*. A *História do Índio*, contada em diversas ocasiões e para diferentes audiências, foi um elemento narrativo para tornar a situação tecnológica do país um problema, uma imagem forte e radicalizada na configuração da “dependência tecnológica”. E que história contava a *História do Índio*? Como mostra o *slide show*:

Uma tribo do continente norte-americano vivia social e economicamente trabalhando oito horas: uma hora para produzir vasos de cerâmica para seu próprio uso; uma hora para fazer arcos e flechas; e uma hora para caçar búfalos que lhes serviam de alimento. Um dia a tribo entra em contato com uma sociedade que produz fuzis. Ela fica fascinada pela eficiência desta ferramenta (o fuzil) para caçar búfalos e

⁶ A revista Dados e Idéias era editada pelo SERPRO, um órgão do Ministério da Fazenda. Os SECOMU - Seminários de Computação em Universidades – são hoje, bastante transformados, realizados como um eixo temático no âmbito dos congressos anuais da Sociedade Brasileira de Computação (S.B.C.) (ver <http://www.imago.ufpr.br/csbc2012/secomu.php>) e os SECOP (originalmente Seminário de Coordenação em Processamento de Dados, o primeiro deles realizado em 1973 em Fortaleza/CE) são realizados até hoje, embora sua designação tenha sido mudada para Seminário Nacional de TIC para a Gestão Pública. Ver <http://www.secop2012.rs.gov.br/conteudo/419/?Hist%C3%B3rico>.

⁷ Ver a esse respeito (Adler, 1987)

rapidamente se estabelece uma relação de troca e a tribo se re-organiza com três horas de trabalho: uma hora para produzir vasos de cerâmica para seu próprio uso; uma hora para fazer um vaso para trocar pelo fuzil; e uma hora para caçar o búfalo. Mas esta relação tem uma grande assimetria. Enquanto os fabricantes de fuzil sabem fazer também os vasos, o mesmo não acontece com a tribo em relação ao fuzil. Essa assimetria de conhecimento se transforma numa assimetria nas relações de trocas. Se o homem branco sobe o preço do fuzil, a tribo não tem outra saída a não ser aceitar. Se o preço do fuzil chega a seis vasos, o ganho na eficiência obtido na ocasião da adoção do fuzil está perdido. Se subir para dez vasos a situação será ainda pior, mas poderá se tornar ainda muito pior se eles receberem instruções para montar os fuzis e em troca destas instruções para montarem uma fábrica local de fuzis, tiverem que pagar dez vasos. (Marques, 1980)

A fábula ou metáfora da *História do Índio* configura uma relação causal econômica entre “dependência tecnológica” e “pobreza”, colocando em cena e fazendo circular, principalmente na tecnocracia da ditadura e em um público mais amplo ao redor da Informática, além de entre os próprios profissionais, a idéia de que o Brasil era pobre porque era tecnologicamente dependente. Além disso, como se pode ver no *slide show*, a *História do Índio* não sugeria “volte para o arco e flecha” e sim “aprenda a fazer o fuzil”. A “dependência tecnológica” passou a ser a causa, ou pelo menos uma causa importante, da pobreza endêmica no país. Uma decorrência notável da *História do Índio* como recurso retórico é a elevação da imagem de quem se engajasse no esforço de saída da “dependência tecnológica” a quem se podia atribuir um caráter heróico ou “nobre” de salvador da nação.

Talvez o caso que mais se possa destacar neste tipo de enaltecimento de uma categoria ou tipo ideal tenha se dado junto ao empresariado. Antes de meados da década de 1970 somente grandes empresas multinacionais fabricavam ou montavam computadores ou equipamentos de processamento de dados no Brasil: IBM, Burroughs e Olivetti. Nesta época não havia o empresário brasileiro fabricante de computadores. Tal personagem não estava presente entre os atores da época na economia brasileira. No entanto, na visão prevalecente na comunidade de informática, para que aquela produção ativa de uma saída da “dependência tecnológica” pudesse ter alguma chance de sucesso em seu objetivo de promover a concepção e o projeto de computadores no Brasil, essa lacuna – a ausência de empresários brasileiros fabricantes de computadores – precisaria ser preenchida.

Na “comunidade de informática” argumentava-se que o chamado “livre mercado” não levaria ao nascimento do *empresário local interessado em ganhar dinheiro desenvolvendo tecnologia de computadores com profissionais brasileiros* e, conseqüentemente, não levaria a que fossem realizados os investimentos (privados) de concepção e projeto de computadores no Brasil. E, para aquela comunidade, sem

concepção e projeto locais, dada a ubiquidade da informática, ficaria difícil o Brasil deixar de ser um país “dependente”, um país que não tinha “opções plenas” tal qual a tribo na *História do Índio* retratada no *slide show* proibido.

Também circulava na comunidade de informática o argumento de que a continuidade dos projetos até então realizados (protótipos em universidades e organizações estatais) requeria recursos muito maiores e que o Estado brasileiro não teria condições de continuar fazendo isoladamente tais investimentos. Explícita ou implicitamente era preciso criar o *empresário (privado) local interessado em ganhar dinheiro desenvolvendo tecnologia de computadores com profissionais brasileiros*. O caso é digno de nota especial porque o ‘empresário (privado) local’ existiu como personagem semiótico antes de sua existência como pessoa. O discurso falado e ouvido na comunidade tinha entre seus interlocutores o empresário brasileiro fabricante de minicomputadores projetados no Brasil. No entanto, só depois este personagem se apresentou como ator em carne e osso. Portanto temos aqui um caso em que o discurso de uma comunidade, a comunidade de profissionais de informática, precedeu a existência de um de seus interlocutores, e contribuiu para a aparição dele – o elenco montado pela comunidade incluía um ator ainda inexistente, e preservava para ele um papel heróico, de salvador da pátria, uma função ou papel mais “nobre” do que o papel que era (será ainda hoje?) usualmente atribuído ao empresário na cultura brasileira. Podemos dizer que a “comunidade de informática” criou um personagem quase puramente semiótico naqueles primeiros anos de gestação da P.N.I., personagem a quem ela se dirigia realçando-lhe uma missão enobrecida. Essa missão envolvia ganhar dinheiro mas não se reduzia (ou não deveria se reduzir) a isto. Em termos weberianos tratava-se de dar existência aproximada a um tipo ideal de vocação empresarial – aquele empreendedor que tivesse como objetivo investir para ganhar dinheiro enfrentando o risco de contratar engenheiros e profissionais de informática brasileiros para conceber e projetar seus produtos. Ainda segundo o discurso da “comunidade de informática”, a realização, mesmo que aproximada, deste tipo ideal dependia de uma proteção do Estado brasileiro. Ou seja, a Política Nacional de Informática surgiu junto com a invenção de um personagem semiótico: *o empresário (privado) interessado em ganhar dinheiro desenvolvendo tecnologia de computadores com profissionais brasileiros*.

A referência acima à invenção de um personagem semiótico é literal e não metafórica. A “comunidade de informática” imaginou este interlocutor – *o empresário interessado em ganhar dinheiro desenvolvendo tecnologia de computadores com profissionais brasileiros* – e partiu para construí-lo. E é importante lembrar que a comunidade de informática e sua aliada no governo, a CAPRE, tiveram imenso sucesso nessa empreitada. A Tabela II mostra a evolução da criação de empresas brasileiras no âmbito da proteção da reserva de mercado, como veio a ser popularizada a P.N.I.

É muito surpreendente e digno de nota que a fase inicial de sucesso da P.N.I. esteja associada ao seu *etos* democrático inicial. Não é minha finalidade aqui abordar em detalhe esta associação como fiz em (Marques, 2000) e (Marques, 2003), e sim destacar a proibição da História do Índio como episódio exemplar na demonstração de que a Política Nacional de Informática desandou após a invasão e tomada da administração da política industrial da informática no Brasil pelos coronéis da polícia política da ditadura. Tal invasão e tomada se deu através da formação de Comissão Cotrim, assim denominada pelo nome de seu chefe, o Embaixador Cotrim, à época o homem da polícia política da ditadura no Itamaraty.⁸ Montados na Comissão Cotrim, os coronéis do S.N.I. chegaram grampeando os telefones e chamando para interrogatórios os participantes da “comunidade de informática” sob “suspeita de comunismo” (!) conforme (Dantas, 1988: Capítulo 9, Sem Resposta, 172-207) relata.

A proibição da *História do Índio* somou-se a estas ações cínicas e é emblemática do espírito autoritário que a partir de então se instalou na condução da P.N.I. Ela é tanto mais inepta e boçal quanto mais a conclusão da Comissão Cotrim afirmava a dependência tecnológica do Brasil no setor de informática, embora ignorasse todo o passado produzido pela “comunidade de informática” e pela CAPRE. A comissão concluía que “o Brasil não tinha uma “política de informática” e a dependência do Brasil na área da Informática era um assunto tão importante que merecia um órgão governamental de nível ministerial para tratar dele, conforme muito bem relata Silvia Helena em seu artigo “A indústria de computadores: evolução das decisões governamentais” publicado na Revista de Administração Pública, Vol 14, No. 4, p. 73-109. Este novo órgão governamental foi prontamente criado, denominado Secretaria Especial de Informática, ligado diretamente à presidência (ditatorial) da república, e nela se aboletaram justamente os coronéis integrantes da comissão Cotrim: Joubert Brízida de Oliveira, Edson Dytz, Ezil Veiga da Rocha. Outros membros da comissão, que contou com apoio de José Dion de Melo Telles, presidente do CNPq, foram premiados com outros cargos, tais como o próprio chefe, embaixador Cotrim, nomeado presidente da Digibrás, e Reis Loyolas, nomeado presidente da empresa estatal fabricante de computadores, a Cobra.

Ao chegar com ímpeto de cavalaria, com atos do tipo da proibição da *História do Índio*, os coronéis do S.N.I. destruíram em poucas semanas a “comunidade de informática”, uma construção frágil e demorada. Não tivesse o tempo se incumbido de deixar claro o caráter puramente oportunista que reduz a comissão Cotrim a uma empreitada de um bando de policiais a cata de cargos (até porque estava chegando ao fim a época daquele tipo de caça aos comunistas a que se dedicavam), seria irônico simultaneamente

⁸ Por homem da polícia política da ditadura entenda-se “dedo duro”, ou seja, aquele que denunciava seus colegas como subversivos.

desmantelar a “comunidade de informática” e reconhecer a “dependência tecnológica”. Certamente a “comunidade de informática”, como uma espécie de inteligência descentralizada, se configurava como uma possibilidade, ainda que duvidosa, de bússola na tempestade técnica-econômica-social que logo sobreveio no setor da informática em todo o mundo, que foi a chegada do microcomputador.

O micro pessoal transformou o computador, que era um bem de capital, em um bem de consumo. O micro pessoal tornou inadequados os procedimentos da política industrial anteriormente discutida no âmbito da “comunidade de informática”, sugerida e implementada pela CAPRE antes da S.E.I. para minicomputadores, que claramente eram ainda típicos bens de capital. A arrogância dos coronéis da S.N.I. desprezando a “comunidade de informática” fez com que jogassem fora a possibilidade (não a certeza) de discutir e entender a complexidade da emergência do micro e as mudanças que ele trouxe para o mercado. Sem uma bússola em nada surpreende que a P.N.I. conduzida pela S.E.I. logo naufragasse. Mas é claro que esta não era a principal preocupação dos coronéis policiais autoritários que ali se instalaram.

COMENTÁRIOS

Dentre muitos, cito dois desafios enfrentados na “comunidade de informática” que evidenciam o caráter precário e delicado de sua construção. Os dois desafios foram relacionados às dificuldades de estabelecer colaboração entre diferentes. O primeiro é que, certamente com carradas de motivos justos, muitos professores eram extremamente refratários a uma aproximação com os militares no ambiente da ditadura. Isto limitava e tornava menos frutífera uma potencial interação em que os professores poderiam mostrar que detinham conhecimentos que poderiam ser usados na solução de problemas de interesse dos militares, e sua pesquisa influenciar e ser influenciada por estes interesses. Esse desafio foi enfrentado e parcialmente superado com os quadros técnicos das forças armadas, mas voltou em forma de abismo colossal, e plenamente justificado, quando outros militares, os do S.N.I., que não tinham contato anterior com a comunidade, dela se aproximaram com seus preconceitos, seu oportunismo e seus métodos policialescos. O segundo desafio é que muitos professores, e aí estou convicto de que estavam completamente sem razão, achavam que tecnologia não se mistura com política. Achavam que poderiam legitimamente ficar trancados em laboratórios fazendo um “trabalho científico”, dito politicamente neutro. Para estes professores, a ausência de participação política não condenava o seu próprio trabalho, e portanto a si próprios, a serem profissionais estigmatizados pela participação marginal que os brasileiros tinham no desenvolvimento da tecnologia da informática. Este desafio também foi parcialmente superado na década de 1970, embora hoje talvez ele não seja enfrentado pela Sociedade Brasileira de Computação.

A história da P.N.I. mostra o equívoco de considerar que o governo federal, mesmo um governo ditatorial como o daquela época, pudesse formar uma unidade simples ou monolítica. Profissionais acadêmicos mantiveram relações frutíferas com partes do governo, especialmente com os gerentes dos birôs de processamento de dados e muito especialmente com a CAPRE, com os quais, como disse acima, integravam uma “comunidade de informática”, da qual participavam também profissionais militares. Pode-se perfeitamente dizer que a implementação do que a “comunidade de informática” discutia e propunha era posto em prática pela CAPRE, que neste processo balizava as sugestões da comunidade e as negociava com o restante do governo. A CAPRE foi extinta no ato de criação da S.E.I. No outro extremo destrutivo das relações com o governo estavam as relações com a “comunidade de informações”, que era como se autodenominavam os informantes do S.N.I., a polícia política de ditadura.

No meu entendimento, o que acabo de dizer, a extinção da CAPRE, foi o episódio mais marcante da época: a intervenção que o S.N.I. fez no setor de informática. Em 1979 um grupo oportunista de agentes da polícia política da ditadura e o presidente do CNPq, que financiou a operação, formaram uma comissão de investigação da “comunidade de informática”. Intimidaram as pessoas com interrogatórios, grampearam seus telefones, concluíram que não havia política de informática mas era preciso haver uma, e forte, e criaram a S.E.I., um novo órgão centralizado com altos cargos, e lá se aboletaram até 1990. Houve períodos em que a influência dos coronéis do S.N.I. na Informática foi temperada por outras tendências, como quando Renato Archer foi ministro da Ciência e Tecnologia, mas o *etos* democrático da origem da Política Nacional de Informática na informática havia sido irreversivelmente perdido e substituído por um *etos* autoritário quando a “comunidade de informática” foi desfeita.

Testemunhar a proibição da *História do Índio* pareceu-me oportuno neste momento de redefinições internacionais, quando pode surgir a procura de formas originais de implementar políticas industriais compatíveis com tradições políticas democráticas. A discussão torna-se tão mais importante quanto mais especialistas dizem, confundindo o meio de campo, que essa compatibilidade não pode existir. Pode existir sim, embora tenha que se situar a tecnologia e a democracia. E isto merece ser testemunhado e estudado.

TABELAS

Tabela I – Crescimento da receita da indústria brasileira de computadores

Ano	Sob controle brasileiro		Sob controle estrangeiro		Total (US \$ bilhão)
	Receita (US \$ bilhão)	(% do Total)	Receita (US \$ bilhão)	(% do Total)	
1979	0.2	23	0.6	77	0.8
1980	0.3	33	0.6	67	0.9
1981	0.4	36	0.7	64	1.1
1982	0.6	40	0.9	60	1.5
1983	0.7	47	0.8	53	1.5
1984	0.9	50	0.9	50	1.8
1985	1.4	52	1.3	48	2.7
1986	2.1	62	1.3	38	3.4
1987	2.4	60	1.6	40	4.0
1988	2.9 / 2.8	67 / 54	1.5 / 2.4	33 / 46	4.4 / 5.2
1989	--- / 4.2	--- / 59	--- / 2.9	--- / 41	--- / 7.1
1990	--- / 3.8	--- / 60	--- / 2.5	--- / 40	--- / 6.3

Fontes:

1979-1988: S.E.I. - Séries Estatísticas, Vol.2, Nº 1, Agosto 1989, p. 12.

1988-1990: SCT/DEPIN Panorama do Setor de Informática. Mazzeo (1999:134).

Tabela II

Ano	Número de empresas fundadas no ano	Número total de empresas fundadas até o ano
antes de 1974	12	12
1974	1	13
1975	1	14
1976	5	19
1977	6	25
1978	7	32
1979	8	40
1980	7	47
1981	8	55
1982	8	63
1983	4	67
1984	4	71

Fonte: S.E.I. Bol.Inf. – S.E.I. Brasília, S.E.I., v.6, n. 15 (ed. esp.), abril 1986, p. 18 .

BIBLIOGRAFIA CITADA

Bibliografia citada:

Adler, E. The power of ideology: the quest for technological autonomy in Argentina and Brazil. Berkeley: University of California Press. 1987. xxi, 398 p. p.

Dantas, V. Guerrilha tecnológica: a verdadeira história da política nacional de informática. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos. 1988. 302 p. p.

Evans, P. Autonomia e parceria: estados e transformação industrial. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1995/2004. 404 p.

Marques, I. D. C. Computadores: parte de um caso amplo da sobrevivência e da soberania nacional. Revista de Administração Pública, v.14, n.4, p.110-147. 1980.

_____. Reserva de mercado: um mal entendido caso político-tecnológico de “sucesso” democrático e “fracasso” autoritário. Revista de Economia da Universidade Federal do Paraná, v.24, n.26, p.91-116. 2000.

_____. Minicomputadores brasileiros nos anos 1970: uma reserva de mercado democrática em meio ao autoritarismo. História Ciências Saúde MANGUINHOS, v.10, n.2, Maio - Agosto 2003, p.657-681. 2003.

Vigevani, T. O contencioso Brasil X Estados Unidos da Informática - Uma análise sobre formulação da política exterior. São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo. 1995. XIII - 349 p.

[1]